

laborhi**st**órico

ISSN 2359-6910

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/>

RESENHAS

Recebido em 20 de maio de 2020

Aprovado em 2 de junho de 2020

MARTÍNEZ MARTÍN, Laura. Voces de la ausencia. Las cartas privadas de los emigrantes asturianos a América (1856-1936). Gijón: Trea, 2019.

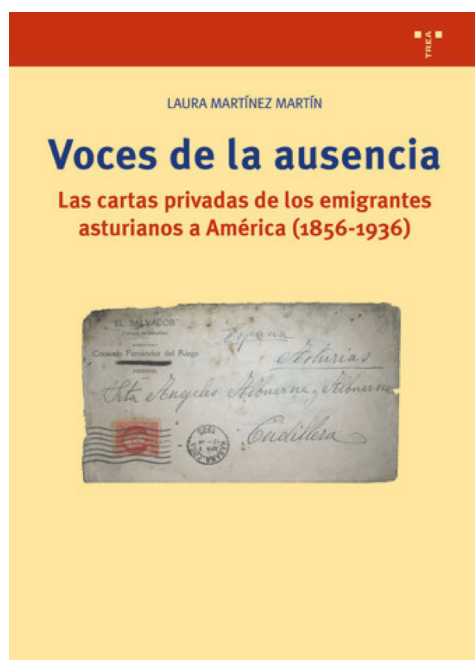
DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i2.34792>

José Ignacio Monteagudo

Doutor em Língua espanhola (2016) e Mestre em Filologia (1991) e Antropologia (2010). Atua como professor tutor na Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED, Centro Asociado de Zamora, Espanha). Pesquisador da Red de Archivos e Investigadores de la Escritura Popular (RedAIEP), na Universidad de Alcalá, e do Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa, na UNED de Zamora.

E-mail: jmonteagudo@zamora.uned.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4023-9804>



As cartas privadas e, em particular, as escritas pelos emigrantes de longas distâncias, receberam atenção de numerosos historiadores, linguistas e cientistas sociais de várias gerações. Desde a publicação, em 1918, de *The Polish Peasant in Europe and America*, dos sociólogos William Thomas e Florian Znaniecki, para citar a obra mais importante no seu gênero, publicaram-se inúmeras recompilações e estudos de documentos pessoais relacionados aos grandes movimentos migratórios, especialmente do *velho* ao *novo* continente. Os historiadores atuais das épocas moderna e contemporânea sabem muito bem que a correspondência epistolar não é uma fonte que se possa desprezar inadvertidamente, e não

são poucos os que lhe concedem uma importância central para descrever e explicar processos históricos complexos, como os conflitos bélicos e as migrações em massa, por exemplo. Nesse contexto epistemológico, vale a pena conhecer o livro *Voces de la ausencia*, com o qual Laura Martínez coroa vários projetos de pesquisa coordenados pelo professor Antonio Castillo Gómez na Universidad de Alcalá¹.

Antes de mais nada, convém fazer alguns esclarecimentos prévios sobre os parâmetros temporais e espaciais deste trabalho historiográfico. O recorte temporal entre 1856 e 1936 começa com a saída maciça de cidadãos espanhóis para América e acaba no ano do golpe de Estado que desencadeou a bem conhecida guerra civil espanhola. Esse conflito deu início a um longo período de perseguição política: o exílio veio modificar completamente a tradicional emigração de cidadãos espanhóis em direção à América por motivos, antes, fundamentalmente econômicos. Quanto aos parâmetros espaciais, a pesquisa tem o foco em um ponto de partida provinciano, de pequena escala, de onde se origina o movimento migratório, e um destino de dimensões continentais. Certamente, a investigação histórica do fenômeno migratório tendo a Espanha como ponto de partida em direção ao continente americano na época contemporânea, especialmente a que privilegia o uso da correspondência como fonte de pesquisa, se realizou por décadas em escala regional e não tomando a Espanha como unidade. Tal escolha metodológica pode nos surpreender a partir de uma perspectiva de nações maiores e mais homogêneas, mas se explica pela configuração histórica da nação espanhola,

¹ Projetos enquadrados no Seminario Interdisciplinar de Estudios de la Cultura Escrita (SIECE) dessa Universidade, ao qual estive vinculado como investigador externo. Me referirei a partir deste ponto ao trabalho do professor Castillo e seus discípulos como *Escuela de Alcalá*.

com regiões muito distintas entre si tanto geográfica como culturalmente, algumas inclusive com línguas e instituições próprias que, com a redemocratização, deram lugar ao “Estado das autonomias”. De toda forma, ainda que submetidos a condicionamentos comuns em muitos países europeus e compartilhando uma mesma legislação estatal, os movimentos migratórios em direção à América a partir de diferentes comunidades autônomas² da Espanha, como as Ilhas Canárias, as duas Castilhas, Catalunha, País Basco, Astúrias ou Galícia, por exemplo, apresentam diferenças importantes e merecem atenção diferenciada, dando lugar a estudos que, de algum modo, também se viram condicionados pela estrutura descentralizada das entidades de fomento à pesquisa³.

Astúrias (*Asturies*, na língua vernácula) ocupa apenas uns dez mil quilômetros quadrados, entre a cordilheira e o mar Cantábrico, com pouco mais de um milhão de habitantes, atualmente. Como muitas áreas da Península Ibérica, sofreu os efeitos da emigração massiva em direção à América entre 1850 e 1950 de uma forma somente comparável, enquanto a intensidade, à de sua vizinha Galícia. Em ambas as regiões se consolidou uma tradição migratória que afetou profundamente suas estruturas socioeconômicas, daí a importância de uma abordagem historiográfica do processo. Nesse sentido, o livro em questão, especialmente nos capítulos intitulados “Um povo que emigra” e “A vida sobre o papel”, oferece uma síntese que não se restringe aos dados quantitativos, mas, ao contrário, incorpora informações das fontes epistolares para conhecer melhor as razões para emigrar e as estratégias familiares que as sustentavam.

Antes de adentrarmos no conteúdo do estudo propriamente dito, buscaremos fazer uma avaliação global de sua pertinência e utilidade. Assim como para os historiadores que a precederam nesta empreitada, colocar-se frente a um *corpus* documental de correspondência epistolar com tanto potencial heurístico pressupõe um desafio maiúsculo. Através da leitura de uma documentação com tanto valor testemunhal, a primeira tentação poderia ter sido simplesmente deixar ouvir as vozes dos autores das cartas, contentando-se em oferecer ao leitor uma abordagem mínima do contexto para apreciar em sua plenitude o ponto de vista daqueles homens e mulheres que escreveram para seus parentes sobre suas preocupações momentâneas. Mas essa atitude, que poderia se justificar em outros campos, não é bem recebida hoje nas ciências sociais. Produzir conhecimento requer levantar hipóteses pertinentes e suscitar novos enfoques. Como historiadora comprometida com sua área de conhecimento, Martínez, que já sabe o que dizem as cartas dos emigrantes asturianos que partiram em direção à América, passa a perguntar-se quem as escreveu, para quem, como, por qual motivo e para quais finalidades, e o faz apoiando-se em bases teórico-metodológicas sólidas, manejando um

² Em termos de configuração político-administrativa, as “comunidades autônomas” seriam comparáveis aos entes federativos denominados “estados” no Brasil, embora tenham algumas diferenças pouco relevantes ao tema em questão.

³ Não é por acaso que o logotipo que representa o Governo do Principado de Asturias aparece na contracapa do livro.

conjunto muito variado de fontes que não se reduz às cartas, apesar da sorte de poder lidar com um *corpus* tão fértil.

Certamente, o acesso a séries suficientemente completas constitui uma dificuldade extra para o estudo das cartas privadas. Algumas instituições públicas, como o Archivo de Indias em Sevilha ou o Memorial do Imigrante em São Paulo, conservam, entre seus fundos, numerosas *cartas de chamada*, escritas pelos emigrados para facilitar a viagem de seus parentes; entretanto, o caráter privado dessa correspondência fica eclipsado pelos requerimentos administrativos, de modo que as intensas restrições comunicativas limitam muito suas potencialidades heurísticas na condição de documentos pessoais. Outros arquivos, de caráter jurídico ou inquisitorial, conservam cartas particulares como prova documental em diversos processos, enquanto que centros documentais mais recentes se ocupam de salvar da destruição correspondências de caráter privado mediante distintas estratégias: doações, compras, concursos, etc. Nestes arquivos, se encontram coleções de cartas que, por seu número e extensão temporal (algumas chegam a compreender várias gerações), permitem uma investigação mais densa e com maior profundidade diacrônica. Indicamos já este outro mérito da publicação: o aproveitamento analítico de uma coleção epistolar excepcional, produzida nos países de destino mas conservada no lugar de origem dos emigrantes. Nesse sentido, o trabalho de Laura Martínez se assemelha ao dos historiadores europeus que estudaram distintos fenômenos nas cartas dos imigrantes no Brasil saídos da Galícia (GONZÁLEZ LOPO, 2011; SOUTELO, 2000), Polônia (KULA, 1976), Alemanha (ALVES, 2003), Itália (CROCI, 2008) ou Portugal (RODRIGUES, 2011), enquanto que os investigadores brasileiros tiveram a tendência a adotar o ponto de vista da imigração e costumam analisar documentações de instituições do país de origem e do destino (MATOS, 2014; TRUZZI; MATOS, 2015) ou somente neste (LEITE, 2018). Poucos entre eles, no entanto, podem dispor de um *corpus* tão valioso a ponto de favorecer a elaboração de uma pesquisa destas proporções.

O conjunto de cartas privadas, ou mais precisamente de correspondências familiares, nas que se baseia o estudo, provém dos fundos do Museu del Pueblu d'Asturies, instituição voltada ativamente à recuperação do patrimônio etnográfico e documental dos nascidos no Principado, especialmente os emigrantes. Devemos a seu diretor, Juaco López Álvarez, a singular atenção prestada durante décadas à recuperação, divulgação e estudo de cartas de emigrantes a partir desta região ao continente americano. Trata-se, portanto, de cartas remetidas majoritariamente desde as localidades de destino em Cuba, Argentina e, em menor medida, México e outros países. O acervo de correspondências familiares foi objeto de uma primeira seleção, para adequá-la ao marco temporal escolhido, e uma segunda na qual, a partir de 25 séries, se pretendia obter “um corpus epistolar *significativo e representativo* com o qual desenvolver uma ampla análise das correspondências geradas no contexto da emigração asturiana na América” (p. 22, grifos meus). Para entender os critérios aplicados na seleção, quer dizer, o alcance dos termos sublinhados, há que se levar em conta que se trata de cartas entre

parentes afastados pela emigração transoceânica, ou seja, uma modalidade de correspondência familiar com uma vasta tradição de investigações que a autora demonstra conhecer muito bem; assim, a seleção é *significativa* por reunir as características formais e temáticas deste tipo de prática de comunicação por escrito, e é *representativa* por haver reunido na amostra todas as variáveis relevantes do conjunto documental. Podemos encontrar explicações mais detalhadas sobre o processo seletivo em uma publicação da própria autora dedicada precisamente à edição das cartas deste *corpus*, ordenadas e comentadas segundo um critério temático (MARTÍNEZ, 2010). Apesar deste livro estar mais voltado à divulgação, é um bom complemento do estudo que comentamos, no qual se pode sentir falta, entretanto, das transcrições completas das correspondências. É digno de nota também que um dos epistolários mais substanciais do *corpus* tenha sido editado, de forma integral, também pelo Muséu (LÓPEZ ALFONSO, 2012).

Qual pode ser a utilidade de um estudo sobre os imigrantes asturianos à América Latina para os historiadores e demais cientistas sociais nesta parte do mundo? Considero que este trabalho seja um bom exemplo das novas tendências que se alinham ao projeto interdisciplinar de história social da cultura escrita, e que, no Brasil, se desenvolveram mais nas áreas da leitura, educação e linguística, mas que têm também uma longa trajetória no seio da história cultural (LEITE, 2018, p. 358), inclusive servindo-se das possibilidades de uma paleografia renovada que se interessa por constituir uma história das práticas de escrever (CASTILLO, no prelo).

A produção acadêmica desta corrente historiográfica compreende os estudos de longo alcance, que abordam um tema a partir de fontes muito diversas, seguindo um método mais dedutivo e comparativo, assim como aproximações a um *corpus* limitado de documentação, a partir de cuja análise se podem extrair conclusões que corroboram empiricamente com hipóteses mais gerais. Este seria justamente o caso do livro em pauta.

Quanto à sua orientação teórica mais destacável, fazendo convergir os postulados de Roger Chartier e, sobretudo, de Armando Petrucci, referências capitais do que estamos denominando *Escola de Alcalá*, Laura Martínez compreende a história da cultura escrita como “disciplina que reflete sobre a difusão social da escrita, presta atenção ao processo de socialização dos materiais escritos aos mecanismos de aquisição e apropriação da palavra escrita e ao simbolismo subjacente às práticas de leitura e de escrita” (p. 23). Para atingir esses objetivos, a autora dedica o primeiro capítulo ao contexto social de mobilidades no qual teve lugar a troca epistolar que serve de base para sua pesquisa, enquanto que, nos seguintes, aprofunda a análise nos domínios que possibilitaram uma extensão social sem precedentes da capacidade de ler e escrever.

A democratização da prática epistolar se deu por duas razões principais: por um lado, o desenvolvimento de um sistema postal universal e a melhora das comunicações que, ao diminuir substancialmente os tempos de envio, tornaram mais fluido e efetivo o intercâmbio de cartas e; por

outro lado, as mudanças no sistema educativo, que permitiram que tanto homens quanto mulheres das classes subalternas tenham podido servir-se da correspondência para comunicar-se com seus parentes. Sobre este aspecto da democratização da educação, a autora chama atenção para o papel que os emigrantes bem sucedidos desempenharam na construção e melhoria das escolas nas localidades originárias.

Os três capítulos da segunda parte da obra se dedicam à análise das cartas. Na seção “A construção da carta” são abordados os aspectos formais e materiais da amostra, indo de suas características mais exteriores, como os envelopes postais, aos elementos internos das cartas: desse modo, descreve a diversidade de suportes das missivas e seus envoltórios, prestando especial atenção a elementos que poderiam parecer irrelevantes mas que estão carregados de significados, como as marcas postais ou os papéis timbrados. Especial interesse lhe merece também a disposição do texto sobre o suporte, assim como a própria execução da escrita a mão, uma vez que ambas manifestações revelam a desigual competência gráfica dos escritores: os menos hábeis deixam transparecer seu ousado esforço para expressar-se com códigos e convenções que desconhecem, ou entendem à sua maneira, recorrendo a um repertório cultural mais familiarizado com a conversação cotidiana, ou mesmo solicitando a intervenção de pessoas mais qualificadas como mediadores. Com este propósito, escolhe casos concretos de missivas para analisar o traçado e o tipo de escrita, sua disposição no papel, a segmentação das palavras e a ortografia não normativa (o que ela denomina de “erros ortográficos”, p. 148), com usos divergentes das maiúsculas e minúsculas, os sinais de pontuação, acentuação, etc. O contraste entre umas cartas e outras lhe permite chegar a uma conclusão anti-intuitiva: “Às vezes, eram aqueles que tinham menos competência, os que mais recorriam aos modelos para assegurar-se de que sua escrita estava correta, enquanto os mais experientes exibiam maior liberdade e uma apropriação do escrito mais pessoal” (p. 133).

Como era habitual que, numa das pontas, as cartas fossem ditadas por aqueles que não se achavam capazes de escrevê-las e, na outra, os destinatários costumavam fazer uma leitura em voz alta das mesmas, a intervenção da oralidade é incorporada na análise desta prática social que envolve a escrita. Além de determinar as marcas gráficas orais, a autora sinaliza o “caráter polifônico” da correspondência, já que quem escreve atua “como representante de todo o grupo familiar” (p. 168).

A vocação interdisciplinar da *Escola de Alcalá* também se faz notar no livro com a incorporação de um capítulo que aborda um problema de caráter sociolinguístico como o caso da diglossia dos emigrantes asturianos. O reconhecimento oficial que a língua vernácula do Principado de Asturias tem na atualidade não se dava quando aquelas cartas foram escritas e lidas e, portanto, seu uso marginal desvela uma inferioridade sem subterfúgios. A adoção de teorias de outras áreas do saber é também notada quando a autora aplica o conceito de “comunidades interpretativas” de Stanley Fish aos atores sociais vinculados pela comunicação epistolar (p. 174). E não é somente por essa abertura disciplinar

que demonstra estar a par das últimas tendências historiográficas, mas também o faz ao preocupar-se pelo mundo das emoções e pelo papel das mulheres nos movimentos migratórios, tradicionalmente silenciado, diluído na instituição familiar e obscurecido por seu vínculo doméstico. Como bem explica (p. 50-52), devido à preeminência masculina nas migrações à época de seu estudo, elas sofreram as consequências de permanecer a cargo da casa e da terra (mínima em termos de extensão e produtividade, dadas as características geográficas locais), cuidando de crianças e idosos em regiões com poucos homens, condenadas a preservar sua honra ou permanecer solteiras. As que conseguiram emigrar tiveram melhor sorte, mas nem por isso se libertaram da responsabilidade pela gestão dos afetos e das relações familiares.

Em resumo, Laura Martínez consegue adentrar em um fenômeno histórico muito complexo (e, portanto, com a tendência a ser abordado com excessivas simplificações) como é o da emigração à América no primeiro terço do século passado, faixa temporal na qual está datada a maioria das cartas. Ainda que restrita a uma pequena região do norte peninsular, a massiva mobilidade da população asturiana suscita problemas de todo tipo que requerem, ao mesmo tempo, conhecimento local e perspectiva global. As informações e os estudos na área são vastíssimos, e deles Laura faz um uso extensivo, com maior atenção às contribuições de pesquisadores espanhóis e italianos, demonstrando grande capacidade de extrair informação relevante da bibliografia disponível para dar uma visão panorâmica. Esta articulação está presente no diálogo entre os primeiros capítulos e o último para dar conta das interações entre cultura escrita, prática epistolar e emigração em suas múltiplas dimensões: econômicas (pela grande quantidade de intercâmbios de todo tipo referidos nas missivas), demográficas (sobre saídas, mobilidades, reunificações, retornos), sociais (por documentar mudanças na organização familiar, o associacionismo ou o papel da mulher), políticas (com discursos a favor e contra a emigração) e culturais (revelando como emigrar se converte em tradição). Nos capítulos centrais, aplica o bisturi analítico à documentação epistolar buscando entender os sentidos de suas formas gráficas, as dificuldades linguísticas e sua funcionalidade para estabelecer uma rede de relações a partir desses dispositivos epistolares.

Sente-se falta, entretanto, de uma descrição mais precisa do *corpus* (p. 19-23, 265) capaz de levar em consideração sua heterogeneidade. A presença de mais dados contextuais dos fundos epistolares, carência frequente neste tipo de fontes históricas, seria bem-vinda no trabalho, com uma caracterização sociocultural de cada epistolário, dadas as grandes diferenças de status que se inferem nas cartas das distintas famílias. A autora se limita a comprovar “que a capacidade gráfica do coletivo migrante asturiano se move entre níveis variáveis, e o fato de que pertençam em grande número à gente comum não implica que se configurem em um grupo homogêneo” (p. 262); de fato, o conjunto dá provas de um exercício de escrita altamente cultivado, chegando a ser até literário, em alguns casos, ao lado de outras práticas situadas no extremo inferior das habilidades culturais. Poder

relacionar essas variáveis (estrato socioeconômico, por um lado, e domínio da cultura escrita, por outro) seria útil para perceber melhor a desigual distribuição dos recursos simbólicos que proporciona o uso da escrita epistolar. Não se chega a compreender bem, portanto, a reivindicação que a autora faz de dar visibilidade à produção escrita produzida por imigrantes das classes subalternas (p. 256) quando estas cartas fazem parte de um conjunto documental de origem intercultural e interclassista. Mas lembramos que uma boa pesquisa é justamente aquela que motiva o desdobramento de novos projetos, seja a partir destas mesmas fontes ou de outras, tomando como base este sólido e bem-vindo trabalho.

Referências bibliográficas

- ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852–1853). **Revista Brasileira de História**, v. 23, n° 45, p. 155–184, 2003.
- CASTILLO, Antonio. **Grafas do cotidiano. Escrita e sociedade na historia (séculos XVI a XX)**. Rio de Janeiro: UERJ-UFF, no prelo.
- CROCI, Federico, O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus. Revista de História**, v. 14, n° 2, p. 13–39, 2008.
- GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. Puentes de papel sobre el Océano. Una correspondencia entre Galicia, Brasil y Argentina (1919–1977). Características formales y aspectos económicos. In: NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel; GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (Ed.), **Amarras de tinta. Emigración transoceánica e escrita popular na Península Ibérica, séculos XIX–XX**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011. p. 179–213.
- KULA, Marcin. El Brasil y la Polonia de fines del siglo XIX en las cartas de los campesinos emigrados. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas = Anuario de Historia de América Latina**, v. 13, p. 38–55, 1976.
- LEITE, Ana Carolina da Silveira. Cartas de mulheres: história social da cultura escrita de e–imigrantes portuguesas no Brasil (1896–1929). **CEM, Cultura, Espaço & Memória**, v. 8, p. 357–372, 2018.
- LÓPEZ ALFONSO, Alfonso (Ed.). **De La Habana, Nueva York y México a Gijón. Cartas del emigrante Sixto Fernández a su hermana Florentina (1913–1932)**. Gijón: Muséu del Pueblu d’Asturies, 2012.
- MARTÍNEZ, Laura. «Asturias que perdimos, no nos pierdas» **Cartas de emigrantes asturianos en América**. Gijón: Muséu del Pueblu d’Asturies, 2010.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Cadenas de tinta y eslabones de papel: correspondencias intercambiadas entre portugueses (São Paulo, Brasil–Portugal, 1890–1950). In: GONZÁLEZ, Elda; FERNÁNDEZ, Alejandro (Ed.). **Migraciones internacionales, actores sociales y Estados: perspectivas del análisis histórico**. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2014. p. 201–231.
- RODRIGUES, Henrique. Escrita popular e imagens da emigração oitocentista. Uma abordagem às cartas enviadas do Brasil. In: NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel; GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (Ed.), **Amarras de tinta. Emigración transoceánica e escrita popular na Península Ibérica, séculos XIX–XX**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2011. p. 53–88.

SOUTELO, Raúl. **De América para a casa. Correspondencia familiar de emigrantes galegos en Brasil, Venezuela e Uruguai, 1916–1969.** Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2000.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda Santos de. Saudades, sensibilidades no epistolário de imigrantes portugueses. **Revista Brasileira de História**, v. 35, n° 70, p. 257–277, 2015.